

Padrão arquitetônico e representação social na paisagem da beira-mar de Balneário Camboriú-SC

Marcelo Danielski^{*}

Margareth de Castro Afeche Pimenta^{**}

Resumo

Este trabalho pretende ser uma reflexão sobre as transformações na paisagem decorrentes dos novos padrões arquitetônicos que vêm sendo implantados na cidade litorânea de Balneário Camboriú-SC, principalmente após a década de 1990. Localizada 92 km ao norte de Florianópolis, a ocupação de Balneário Camboriú está fortemente vinculada à apropriação de sua orla como local de lazer do empresariado industrial do Vale do Itajaí e ao processo de adensamento populacional do litoral catarinense, iniciado na década de 1970 com a implantação da rodovia federal BR-101. Simultaneamente ao processo de ocupação da orla, o boom imobiliário acelerou o adensamento de área construída registrando, assim, as necessidades de representação social das classes dominantes locais, incorporando à paisagem um conjunto de signos que vêm se transformando, concomitantemente, com o próprio significado do processo de acumulação econômica.

Palavras-chave: Balneário Camboriú-SC; Paisagem; Arquitetura; Espaço simbólico; Consumo de signos.

* Mestre, professor do Centro Universitário Leonardo da Vinci - Uniasselvi, Indaial-SC (marcelodanielski@yahoo.com).

** Doutora, professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC (pimenta.margareth@gmail.com).

Architetonc pattern and social representation at the seaside
landscape of Balneário Camboriú-SC

Abstract

This work intends to be a reflection on the transformations in the landscape, which result from the new architectural and urbanistic standards that have been implanted in the littoral city of Balneário Camboriú-SC, mainly after the decade of 1990. Located 92 km from Florianópolis, Balneário Camboriú developed as local of leisure of the industrial entrepreneurs of the Itajaí Valley and to the population accumulation process of Santa Catarina coast, initiated in the decade of 1970 with the implantation of BR-101 federal highway. Simultaneously to the coast occupation, the accelerated real state process and built area concentration have registered, thus, the necessities of social representation of the local ruling classes, incorporating to the landscape a set of signs that have been transforming by themselves, concomitantly, with the actual meaning of economic accumulation process.

Key words: Balneário Camboriú-SC; Landscape; Architecture; Symbolic space; Consumption of signs.

Introdução

Inicialmente desprezada devido à inaptidão agrícola, a orla da atual cidade de Balneário Camboriú era considerada periferia do então município de Camboriú, um dos principais produtores de café do Estado de Santa Catarina (SC). Praticamente isolada do contexto regional até a década de 1920, foi com a abertura de uma estrada de rodagem até o porto do vizinho município de Itajaí que a evolução urbana de Balneário Camboriú tomou impulso (CORRÊA, 1985). Por esta estrada os descendentes das colônias alemãs do Vale do Itajaí chegaram à praia de Camboriú, como alternativa de ocupação, como rota de escape à exeqüibilidade de terras e à estratificação social impostas pela elite, que intensificava

a ocupação ligada à prosperidade econômica em uma praia de pequena extensão chamada Cabeçudas¹, localizada nas proximidades do molhe do porto de Itajaí (CHRISTOFFOLI, 1997; 2000). A obrigatoriedade de transitar pelo porto fez dele o principal acesso de entrada e saída de mercadorias das colônias do Rio Itajaí-Açu acima, já que as estradas de rodagem eram escassas e precárias e a estrada de ferro somente ligaria Blumenau a Itajaí na década de 1950 (ESTAÇÕES..., 2007). Este fato fez com que as colônias alemãs, principalmente de Brusque e Blumenau, tivessem um entreposto comercial de distribuição de mercadorias em Itajaí, iniciando uma trajetória marcante dentro de uma sociedade de origem açoriana (CHRISTOFFOLI, 1997; 2000). Foram os descendentes destas colônias, notadamente os empresários industriais mais capitalizados, que trouxeram consigo a prática do banho de mar como atividade social (CORBAIN, 1989; MADRUGA, 1992). O mar, até então considerado apenas como meio de transporte e de sustento (pesca), fruto da colonização açoriana ao longo do litoral catarinense (CABRAL, 1970), passou a ser apropriado para fins de lazer e contemplação.

Com o avanço do processo de capitalização devido às atividades complementares à industrial, os trabalhadores do setor terciário do Vale do Itajaí, principalmente profissionais liberais, também começaram a investir em residências na orla, as chamadas casas de verão ou segundas residências (COSTA et al., 2006). É a partir deste momento que se intensifica a massificação do consumo do lugar ou, em outra palavra, de turistificação, sendo a orla apropriada pelos excursionistas de fim de semana e de veraneio, pelos profissionais que adquiriram prosperidade econômica sem possuir os meios de produção, principalmente de Brusque e de

¹ Até então a praia de Cabeçudas fazia parte do circuito social da classe burguesa do Vale do Itajaí (ponto de referência para encontros políticos e econômicos), saciando suas necessidades com equipamentos e hospitalidade semelhantes aos da Europa e introduzindo, de forma gradual, o ambiente litorâneo no cotidiano da sociedade.

Blumenau (PIMENTA, 1998), e pela elite excluída do “clube” de Cabeçudas (devido à restrita extensão desta praia e, conseqüentemente, de lotes à beira-mar). Deste modo, Balneário Camboriú surgiu como uma alternativa para a época, adaptando em sua orla um tipo de turismo e lazer baseado no grande afluxo de pessoas, diferente do de Cabeçudas, baseado no status social e símbolo de prosperidade econômica. A ação dos “excluídos” de Cabeçudas, por sua vez, extrapolou o consumo do lugar, com marcante participação no processo de acumulação de riquezas, como no comércio e na hotelaria, além de agentes produtores do espaço, no ramo da construção civil e de loteamentos (CORRÊA, 1985). A inauguração do Hotel Fischer na beira-mar da então “longínqua” Barra Sul, no ano de 1958, despretensiosa e descabida para alguns, visionária para outros, exemplifica a ação da iniciativa privada na evolução urbana de Balneário Camboriú. O que se pretende evidenciar é que a busca de respostas à ocupação de Balneário Camboriú extrapola o território do até então município de Camboriú, necessitando relacioná-la a fatores externos, em escala regional. Deste modo, o atual município de Balneário Camboriú não se explica sem sua correlação com as colônias alemãs do Vale do Itajaí. Em outras palavras, as colônias alemãs se expandiram até o mar.

Com a emancipação político-administrativa e a aquisição do nome de Balneário Camboriú no ano de 1964, aliado ao marketing do lugar proporcionado por mais ações da iniciativa privada, como a repercussão internacional da inauguração do Marambaia Cassino Hotel no ano de 1967 e as melhorias de acesso na década de 1970, o turismo em massa começou a extrapolar um contexto predominantemente regional. Com o aumento da procura por uma vaga à beira-mar, a propriedade passou a ser utilizada como fonte de renda, na mesma proporção em que a cidade se verticalizava (JACQUES, 1998; LEE, 1998; MOURA, 1997). A própria desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar na década de 1980, base da economia argentina, fez com que turistas desta

nacionalidade também passassem a investir no mercado imobiliário local.

Todos estes fatores proporcionaram uma evolução urbana não linear, compactando em um curto espaço de tempo o processo de urbanização. E esta compressão espaço-temporal acabou por evidenciar uma falta de identidade com a própria história do lugar, com reflexos na paisagem urbana e, intrinsecamente, nas relações sociais, principalmente ao longo da Avenida Atlântica (beira-mar). Assim, Balneário Camboriú avançou além do consumo do lugar, passando também a exercer o papel de lugar de consumo, principalmente com as novas parcerias do tipo público-privado na área de infra-estrutura (hospitalidade, turismo, lazer) e a tendência a não sazonalidade a partir da década de 1990 (CASTRO, 2005), última ruptura espaço-temporal significativa e que, desde então, tem influenciado os atuais padrões arquitetônicos e urbanísticos na Avenida Atlântica. Foi nesta mesma década que os lançamentos imobiliários de alto padrão começaram a caracterizar um estilo de vida, na tênue linha entre o desejo e a necessidade, extrapolando o consumo de bens materiais. Com isto, o consumo de signos se intensificou, como pode ser observado nas obras de arte inseridas nas fachadas dos edifícios à beira-mar, evidenciando a Avenida Atlântica como um lugar de prestígio e ostentação. Dentro deste contexto, o objetivo do trabalho é analisar as mudanças na paisagem à beira mar de Balneário Camboriú/ SC, levando em consideração as alterações dos padrões arquitetônicos e urbanísticos a partir da década de 1990.

Leitura da beira mar a partir do patrimônio construído

Partindo do pressuposto que o espaço se define como resultante de relações sociais e que a paisagem, então, é a materialização visual da sociedade em seus diferentes momentos históricos (SANTOS, 1991), pretende-se analisar a beira-mar de Balneário Camboriú além dos aspectos formais, com ponto de partida nas relações sociais. Santos (1992) observa que o espaço

constitui uma totalidade (método da construção das sínteses totalizadoras) e que a análise é um meio de desfrAGMENTAR o todo para depois fazer o “caminho de volta”, reconstituindo a idéia do todo (do geral para o particular e do particular para o geral). Observa-se, assim, uma via de “mão dupla” entre considerações gerais, de cunho sócio-espacial, e considerações particulares, de cunho pontual. Deste modo é possível ler a Avenida Atlântica e reconstituir, a partir do patrimônio construído (arquitetônico), a relação entre espaços públicos e privados e seu processo de ocupação, com a evolução das práticas sociais que marcaram a paisagem como elemento de representação do espaço construído (social).

A partir da sobreposição de imagens aéreas do início da década de 1990 (o “antes”) e da segunda metade da década de 2000 (o “depois”), evidenciaram-se duas grandes manchas na caracterização da Avenida Atlântica: as Áreas de Consolidação e de Renovação. Nas duas áreas os diferentes estágios da evolução urbana, aliados à indissociável relação entre espaço e economia e à legislação urbana vigente, constituíram tipologias edilícias dominantes, notadamente de edifícios residenciais multifamiliares.

A Área de Consolidação, marcada pelo acúmulo de temporalidades diferentes, evidencia edifícios mais antigos (até a década de 1990), principalmente nas imediações do chamado Centro da Praia (em frente à Ilha das Cabras), com uma tipologia em que o pavimento térreo era considerado um simples acesso de pedestres e de automóveis, um espaço de transição entre o exterior e o interior da edificação (Figura 01). Em alguns casos prevalecia o uso de pilotis para vagas de estacionamento, em outros o uso do térreo era residencial, comercial ou misto. A inexistência de vagas de garagem dentro dos edifícios mais antigos evidenciava uma predominância do domínio privado sobre o público, com brusca ruptura na paisagem.

Por outro lado, é na Área de Renovação, principalmente nas imediações da Barra Sul (extremo sul da Praia Central), que está a maior concentração dos novos empreendimentos imobiliários,

DANIELSKI, M. & PIMENTA, M.C.A. Padrão arquitetônico e representação...

direcionados a um público-alvo altamente capitalizado, principalmente devido à exequibilidade de terras na área central (Centro da Praia) e às parcerias público-privadas na área de infraestrutura turística, que impulsionaram o papel da Barra Sul dentro do contexto urbano de Balneário Camboriú (Figura 02). Ao contrário da Área de Consolidação, a Área de Renovação tende a uma homogeneização do espaço construído, já que praticamente não existem “tensões” entre o novo e o velho. A outrora pulsante vida noturna da Barra Sul, com bares, boates, restaurantes e resquícios de grandes lotes com residências unifamiliares, todos de baixa altura (gabarito), está cedendo lugar a edifícios faraônicos, evidenciando projetos arquitetônicos que ultrapassam o limiar da necessidade.



FIGURA 01: Vista da Área de Consolidação, em frente à Ilha das Cabras (Centro da Praia)

Fonte: Acervo Histórico da Fundação Cultural de Balneário Camboriú-SC

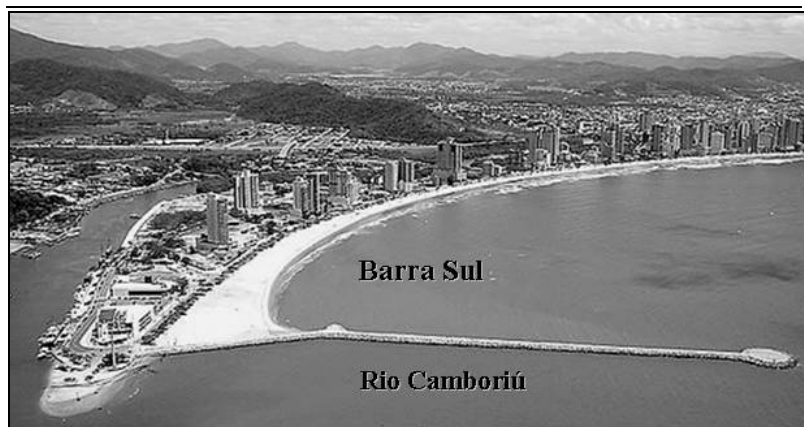


FIGURA 02: Vista da Área de Renovação (Barra Sul)

Fonte: Acervo do autor

Apesar da tipologia edilícia estar diretamente ligada à legislação urbana, de cunho geral, é preciso atentar para um detalhe que alterou o modo de apropriação da beira-mar. Uma ação específica e de cunho mercadológico de uma empresa do ramo da construção civil, antes considerada um diferencial, foi assimilada pela concorrência e, depois, reduzida a um quociente comum, integrando-se à tipologia dominante. Na incessante busca por novos clientes e pelos exequíveis terrenos na Avenida Atlântica, as construtoras líderes de mercado acabaram se tornando cúmplices no que se refere à (re) produção de ações mercadológicas de sucesso, notadamente ligadas às vendas de apartamentos, até que uma nova ação particular subjugué a anterior e instale um novo tipo, que passaria a caracterizar a tipologia edilícia dominante do período em questão. Assim, o específico tornou-se geral através da sua repetição em série e da liquidez entre os clientes de alto poder aquisitivo. A produção cria o consumidor, que por sua vez retro alimenta a produção com uma demanda praticamente constante (MARX, 1982), evidenciada pela mercadoria apartamento. É a

partir deste aspecto que se inicia o “caminho de volta” da análise, partindo do particular para a reconstituição do geral.

Até a década de 1990, a área de lazer de uso coletivo era um adicional, um complemento quase sempre localizado no último pavimento (topo) dos edifícios residenciais multifamiliares e praticamente restrito à churrasqueira, sala de musculação e piscina. Com a intervenção da empresa do ramo da construção civil, a área de lazer de uso coletivo foi transferida do topo dos edifícios para o térreo, ocupando o recuo frontal das edificações como se fosse um prolongamento do terreno, como uma extensão da moradia, trazendo consigo uma forte carga simbólica. Localizada no mesmo nível do passeio público (calçadão) da Avenida Atlântica e da faixa de areia da Praia Central, este recuo frontal passou a evidenciar uma estrutura que mais tarde viria a ser chamada de clube, devido às dependências e equipamentos destinados ao lazer e à convivência. Deste modo as relações sociais, as noções de centralidade e de urbanidade desta praça linear ao longo do mar, tornaram-se condicionantes para os novos empreendimentos de luxo, alterando a forma através de projetos arquitetônicos que as contemplassem. Este foi o ponto de partida para um processo singular de superdimensionamento de área construída.

Apesar da última ruptura espaço-temporal ter ocorrido na década de 1990, deve-se evidenciar que os elementos que compõem a estrutura da área de lazer no térreo têm evoluído desde então. Em outras palavras, a tipologia tem se mantido constante, mas não os elementos que a compõe. Se por um lado o aumento de área construída pode estar relacionado ao aumento das vagas de garagem, por outro este aumento também se deve aos novos programas (de necessidades) arquitetônicos, relacionando a mercadoria (o apartamento) ao público-alvo (o comprador de alto poder aquisitivo). Um destes exemplos diz respeito à incorporação de áreas de lazer, entretenimento e convivência dentro de cada unidade habitacional (o apartamento em si), evidenciando uma duplicidade intencional de ambientes com a mesma função, tanto na área privativa quanto nas áreas de uso comum (coletivas),

geralmente vinculadas ao térreo. Esta duplicidade de funções alcançou maiores proporções na década de 2000, quando o consumo privado de área construída se consolidou na paisagem da Avenida Atlântica, principalmente na Barra Sul. É neste trecho que os novos empreendimentos projetam, inconscientemente, trocas sociais demasiadamente artificiais, muito mais próximas de um ideário elaborado para o processo de vendas, como um atrativo de clientes (marketing), do que de relações de uso e funcionalidade.

Mesmo com uso restrito aos proprietários de alto poder aquisitivo (e convidados), já que se trata de trocas sociais dentro de propriedade privada, os exemplos de área de lazer no térreo da década de 1990 mostram que o fato de estar no mesmo nível da Avenida Atlântica evidencia uma relação mais harmoniosa entre o âmbito público e o privado, proporcionando um efeito integrador em nível de espaço urbano, em escala mais humana do que aquela que está em evidência na Barra Sul. A barreira social e espacial entre os usuários da área de lazer da década de 1990 e os transeuntes da Avenida Atlântica foi minimizada por elementos arquitetônicos como cercas baixas e esbeltas, uso de vidro não refletivo, piscinas e churrasqueiras praticamente grudadas na testada (limite frontal) do terreno e, conseqüentemente, do passeio público. Com uso intenso desta estrutura durante a temporada de veraneio (dezembro a fevereiro), este indutor de trocas sociais gera uma “centralidade exógena”, de dentro para fora do empreendimento, em direção ao mar, interagindo com os transeuntes da Avenida Atlântica. A própria questão de segurança, tão em voga na atual década, parece que era tratada com menor vigor na década de 1990, evidenciando um ambiente menos agressivo de trocas sociais.

Apesar da centralidade exógena ser mais evidente na Área de Consolidação, percebe-se que ela tende a diminuir na medida em que se avança aos extremos da Praia Central. E é na Barra Sul, principalmente, que se evidencia a chamada “centralidade endógena”, restrita aos limites do terreno, praticamente renegando o cenário da praia e o entorno do empreendimento, criando

verdadeiras ilhas de fantasia ao longo da Avenida Atlântica. Uma análise mais profunda leva a crer que estes empreendimentos procuram resolver dentro dos seus limites questões de ordem pública como, por exemplo, a segurança. Se na década de 1990 havia uma acessibilidade visual do âmbito privado a partir do público (exemplo das cercas baixas), demonstrando uma maior interação entre os âmbitos público e privado, atualmente a privacidade tem sido a resposta para o uso de elementos arquitetônicos como cercas altas e vidro refletivo (bloqueio visual). Aliada às dimensões e geometria dos terrenos, suas condicionantes legais (plano diretor e leis complementares) têm estipulado recuos frontais proporcionais à altura da edificação (quanto maior a altura, maior o recuo frontal), liberando áreas cada vez maiores para fins de lazer. Assim como o pavimento tipo pode ser repetido até que os índices construtivos sejam alcançados (como se fosse um loteamento sobre um único terreno), a área de lazer coletiva também começou a padecer do mesmo processo de verticalização, que otimizado pela escassez de terrenos e pela especulação imobiliária, concentrou em uma única mercadoria (o apartamento à beira-mar) vários processos de lucro e sobrelucro. O resultado final, além dos altos valores destes apartamentos, é a própria fetichização do objeto (MARX, 1985), transformando a moradia em um microcosmo do indivíduo, um mundo de signos (CASTELLS, 1983; VEBLEN, 1987). Além do objeto em si, a própria paisagem litorânea transformou-se em mercadoria. O prazer do consumo da natureza, aliado ao imaginário da moradia e do lazer em frente ao mar, é evidenciado na publicidade dos novos empreendimentos imobiliários, incorporando a ideologia de felicidade através do consumo dirigido. Esta capacidade de persuasão faz com que o imaginário, o desejo do indivíduo, entre em conflito com a necessidade, às vezes reduzindo estes dois elementos a um nível de igualdade (BAUDRILLARD, 1995; ENGELS, 2006).

Apesar da orientação irreversível em direção à mercantilização do espaço (CASTELLS, 1983; HARVEY, 1980),

com anuência do próprio modelo de urbanismo adotado pelo Estado, é fato que a beira-mar tem sido utilizada por uma parcela da população como local de reunião, de encontro da vida cotidiana, de convivência, de lazer e prática esportiva, de festas, de relações (trocas) sociais, evidenciando um simbolismo que agrega um valor adicional de origem pública e coletiva aos empreendimentos privados (LEFEBVRE, 1991). A práxis, a prática social ao longo da Avenida Atlântica, também passa a ser sistematizada como uma mercadoria, como um gerador de prazeres e de satisfações para uma determinada parcela da sociedade, baseada na ideologia do consumo de signos e do consumo de espetáculos (DEBORD, 1997). O espetáculo por si só não está ligado à matéria, a um bem material, mas sim à própria alienação do consumo, do consumo produtivo sem necessidade, retro alimentando o circuito de “mão dupla” entre a produção e o consumo, entre o produto e o consumidor (MARX, 1982). É dentro desta lógica, dentro de uma linguagem metafísica, que vai além do objeto em si, que “O signo é comprado e vendido; a linguagem torna-se valor de troca” (LEFEBVRE, 1991, p. 64), posição esta também defendida por Debord (1997, p. 15): “A linguagem do espetáculo é constituída de sinais da produção reinante, que são ao mesmo tempo a finalidade última dessa produção”. Esta linguagem, quando da sua concretização na paisagem, é exemplificada por obras de arte anexadas ao corpo dos edifícios residenciais multifamiliares, geralmente integradas à sua fachada principal, agregando uma noção de exclusividade e um valor adicional ao empreendimento. Ou seja, mais um processo de sobrelucro. Com a anuência da municipalidade, que criou dispositivos legais sobre a obrigatoriedade de obras de arte em frente a edifícios, sem incentivos fiscais para tal ação, é interessante notar como uma ação pontual, de caráter privado e restrito a uma única empresa do ramo da construção civil, também evidenciou um padrão a ser adotado pelas concorrentes, todas direcionadas aos clientes de alto poder aquisitivo. Assim como a relocação da área de lazer para o térreo determinou a ascensão de uma nova tipologia dominante na

Avenida Atlântica, o mesmo ocorreu com as obras de arte. Em um primeiro momento sua inserção no corpo de um edifício poderia ser considerada um diferencial, amparada pela boa vontade da municipalidade (dispositivos legais) e dos empreendedores do ramo da construção civil (nenhum tipo de incentivo fiscal). Em um segundo, parece que o diferencial é não tê-las, já que um mesmo artista plástico passou a evidenciar várias de suas obras ao longo da Avenida Atlântica, inclusive entre empresas concorrentes. Por mais estranho que possa parecer, a demanda por suas obras não surgiu espontaneamente, de forma natural. Elas foram criadas pelo próprio artista, que ofereceu sua mercadoria (arte) às construtoras como um prestador de serviço qualquer. Ou seja, a repetição, a rotina de evidenciar um mesmo artista fez com que este tipo de inserção caísse no senso comum. Antes único e exclusivo, os traços (estética) adotados pelo artista evidenciam elementos que se repetem ao longo de todas suas obras expostas na Avenida Atlântica, relacionando o produtor (artista) com o produto (a obra de arte em si), que por sua vez funciona como um cartão de visitas, como uma logomarca que distingue as empresas líderes de mercado das demais. Preferências estéticas à parte, coloca-se em dúvida se esta ação exerce um papel integrador, evidenciando uma zona de transição entre os domínios público e privado, algo como um museu de arte a céu aberto, ou um papel repressivo, evidenciando a ostentação como uma barreira sócio-econômica, como um limite psicológico intransponível. Do mesmo modo que uma pintura ou uma escultura de um artista renomado garante ao proprietário uma posição de prestígio (status) perante seus iguais, a posse de um apartamento na Avenida Atlântica, evidenciada pela obra de arte ao nível da rua, ostenta a mesma lógica (CASTELLS, 1983). Edificação e obra de arte se fundem, evidenciando a própria moradia como uma obra de arte, como um objeto de consumo único e exclusivo.

Esta fusão entre obra de arte e edificação exemplifica um consumismo desenfreado ao longo da Avenida Atlântica. Algo que extrapola a necessidade básica daqueles que possuem alto poder

adquisitivo e que, de forma consciente ou não, consomem apenas por consumir (a finalidade do consumo é o próprio consumo), como um ato mecânico, evidenciando indivíduos desprovidos de capacidade de julgar e atribuir valores aos objetos (mercadorias) devido sua condição social. Indivíduos até certo ponto ingênuos ou, em outra palavra, alienados, basicamente devido ao seu alto grau de capitalização e à capacidade de saciar suas necessidades e/ou desejos personificados na moradia à beira-mar. Isto vai de encontro ao que Berman denominou de “atmosfera turbilhão” (1986, p. 18) da modernidade, que dá origem à sensibilidade moderna baseada em uma “enorme ausência e vazio de valores” (1986, p. 21). Com estímulos que beiram o infinito e o incomensurável, notadamente orientados pelas imagens marcantes e extravagantes de um consumismo sem rédeas, o indivíduo está apto a tudo, ao gosto por tudo. Se por um lado o meio corrompe o indivíduo, alterando os parâmetros de comparação (o que é necessário para a classe alta pode ser supérfluo para a classe média), há indícios de que uma fatia desta parcela da sociedade utiliza o artifício do consumo conspicuo (VEBLEN, 1987) com a finalidade de evidenciar a sua condição social, seja através de gastos (dispêndio) com artigos de luxo, seja através de outros tipos de gastos ostentatórios. O reflexo destas ações também é observado nos edifícios residenciais multifamiliares mais antigos na Avenida Atlântica. Independente do avanço tecnológico (novos materiais e técnicas construtivas) e das condicionantes legais (alterações de plano diretor e leis complementares), os padrões (arquitetônicos) evidenciados pelos agentes produtores de espaço (construtoras e incorporadoras) e, concomitantemente, pelos proprietários de apartamentos, são concretizados na paisagem quando da reforma/manutenção destes edifícios. Em maior ou menor grau, elementos vinculados ao dispêndio ostensivo são copiados, evidenciando uma paisagem com tendências cada vez maiores à homogeneização. Ser é ter, é evidenciar perante os outros (seus iguais e as classes inferiores), através de objetos sociais e naturais (como nos ajardinamentos e tratamento paisagístico), que o prestígio do ser

humano está relacionado ao que ele possui. Quanto mais se tem, mais se compra e mais se gasta, mais perto da salvação social o indivíduo se encontra. É no consumo ostentatório que os mais abonados encontram o refúgio para seus males, já que “(...) suas vidas (...) são programadas para produzir exatamente aqueles desejos que o sistema social pode satisfazer, nada além disso” (BERMAN, 1986, p. 28). Condicionado pelo meio, o indivíduo “(...) dá as costas para a sociedade e avança o mundo dos objetos adentro (...)” (BERMAN, 1986, p. 29), evidenciando o fetichismo da mercadoria expresso por Marx (1985). Até mesmo a arte, outrora considerada um meio contestador da sociedade em que se encontra, passa a ser desprovida de sentimentos pessoais e de relações sociais a ela intrínsecas, evidenciando apenas a arte pela arte, a forma pela forma, sem conteúdo, banalizando a paisagem à beira-mar. O outrora museu a céu aberto de Balneário Camboriú, definido pelas obras de arte anexadas às fachadas dos edifícios na Avenida Atlântica, é um sinal desta metamorfose de valores, registrando a diferenciação social daqueles que enriqueceram com o acelerado processo de concentração de renda, consequência esta de políticas neoliberais e da inserção da economia brasileira no cenário internacional.

Considerações finais

Com resquícios de valor de uso e valor de troca na paisagem da Avenida Atlântica de Balneário Camboriú, é interessante evidenciá-la, em maior grau, como valor de troca (produto). Apesar disto, é marcante o seu papel como local de encontro, de convivência, de prática social, independente, mais uma vez, de quem esteja usufruindo dos equipamentos urbanos à beira-mar, sejam eles representantes das classes alta, média ou baixa. O que deve ser evidenciado é que o contexto urbano é formado por uma dualidade antagonica. Assim como Santos (1991) discorre sobre o espaço que une e que separa, evidenciado na cidade, Lefebvre (1991) discorre sobre o efeito integrador e desintegrador da cidade.

O efeito integrador está relacionado à participação efetiva dos indivíduos, à prática social em si, enquanto o efeito desintegrador está relacionado à segregação sócio-espacial em virtude da própria espontaneidade da prática social, através de estratégias conscientes e inconscientes das classes sociais, algo como os iguais se atraem, preferência aos semelhantes, rejeição aos estranhos (GOBLOT, 1989). Dentro da lógica capitalista em transformar praticamente tudo em valor de troca, a Avenida Atlântica exerceria o papel de um tipo de valor de troca mais brando, com resquícios consideráveis de valor de uso. Este limite entre valor de uso e valor de troca, por mais estranho que possa parecer, é evidenciado pela própria Avenida Atlântica, que integra e reprime ao mesmo tempo. Integra na medida em que permite o livre acesso à zona de lazer (praia), reprime na medida em que faz da praia o jardim, o quintal dos moradores à beira-mar.

Mesmo com sinais de valor de troca mais brando, parte da Área de Renovação, conhecida como Barra Sul, está se transformando na “praia de Cabeçudas do século XXI”. Se na década de 1920 esta última atendia aos anseios de uma burguesia regional, a atual Barra Sul, com restrições sócio-espaciais semelhantes à praia de Cabeçudas, extrapola o contexto regional e se estabelece dentro de uma rede urbana condicionada pela economia mundo. Cerca de 90 anos depois, a essência permanece a mesma neste paralelismo: a formação de um clube por parte da elite. Reflexos desta elitização, em nível de relações sociais, também podem ser observados na própria paisagem (em nível de formas), que por definição é heterogênea (SANTOS, 1994), mas tende à homogeneidade devido à tipologia edilícia (dominante) adotada pela elite altamente capitalizada ao longo da Avenida Atlântica, baseada na repetição em série de um arcabouço formal pré-estabelecido. E esta tendência à homogeneidade também começou a avançar, a partir da década de 2000, em direção contrária ao mar, em uma relação diretamente proporcional à exequibilidade de lotes à beira-mar. Sem abdicar da alta qualidade e padrão adquiridos na Avenida Atlântica, o avanço de novos

DANIELSKI, M. & PIMENTA, M.C.A. Padrão arquitetônico e representação...

empreendimentos começa a trazer objetos sociais da paisagem da Avenida Atlântica para o além mar, para o interior de Balneário Camboriú. Ou seja, a tipologia edilícia se uniformiza na mesma proporção em que aumenta a distância do mar, até os limites impostos pelas condicionantes legais (zoneamento e índices urbanísticos). Este é um processo que tende a acentuar-se cada vez mais, trazendo consigo outros valores agregados à questão formal, como os preços de aluguel e de compra e venda de terrenos e apartamentos. Assim como uma grife (a grife Balneário Camboriú), estes valores agregados são repassados a toda cadeia produtiva, como uma bola de neve que, a ser tirada de seu estado de inércia, desce morro abaixo, aumentado de tamanho e ganhando velocidade conforme o passar do tempo.

Referências bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo**. Lisboa: Editora 70, 1995.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis, Editora Laudes, 1970.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Milusa. **O público e o privado na configuração urbana do espaço urbano de Balneário Camboriú**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC, Florianópolis, 2005, 105 p.

DANIELSKI, M. & PIMENTA, M.C.A. Padrão arquitetônico e representação...

CHRISTOFFOLI, Ângelo Ricardo. **A presença dos alemães na origem dos destinos da praia de Camboriú.** Monografia, Programa de Pós-Graduação *latu sensu* em Turismo e Hotelaria, UNIVALI, Itajaí, 1997, 59 p.

_____. **Cabeçadas 1910-1930: a praia como padrão de conduta social.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, UNIVALI, Balneário Camboriú, 2000, 122 p.

CORBAIN, Alain. **O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORRÊA, Isaque de Borba. **História de duas cidades: Camboriú e Balneário Camboriú.** Balneário Camboriú: do autor, 1985.

COSTA, Helena Araújo et al. Compreendendo o espaço turístico de Balneário Camboriú (SC) como insumo para o estudo da competitividade local. **Turismo Visão e Ação**, Itajaí, v.8, n.2, p.223-234, mai./ago. 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** São Paulo: Escala, 2006.

ESTAÇÕES Ferroviárias do Brasil. **Estrada de Ferro Santa Catarina.** Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/efsc/indice.htm>>. Acessado em: 01º out. 2007.

GOBLOT, Edmond. **A barreira e o nível. Retrato da burguesia francesa na passagem do século.** Campinas: Papirus, 1989.

DANIELSKI, M. & PIMENTA, M.C.A. Padrão arquitetônico e representação...

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

JACQUES, Manoel Franklin. **Análise crítica do desenvolvimento urbano de Balneário Camboriú**. Monografia, Programa de Pós-Graduação *latu sensu* em Tecnologia Européia da Construção, UNIVALI, Itajaí, 1998, 62 p.

LEE, Magda Starke. **Balneário Camboriú: desenvolvimento de uma cidade litorânea**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, USP, São Paulo, 1998, 169 p.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MADRUGA, Antonio Moacyr. **Litorização: da fantasia de liberdade à modernidade autofágica**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, USP, São Paulo, 1992, 155 p.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política**. Tomo I, v.1. São Paulo: Difel, 1985.

_____. **Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MOURA, Heloísa Figueiredo. **Imagens de urbanização da bacia hidrográfica do Rio Camboriú**. Monografia, Programa de Pós-Graduação *latu sensu* em Planejamento Urbano, UNIVALI, Balneário Camboriú, 1997, 60 p.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Cultura teuta-brasileira e a cidade industrial de Blumenau em Santa Catarina. **Dynamis Revista tecno-científica**, Blumenau, v.6, n.24, p.62-83, jul./set. 1998.

DANIELSKI, M. & PIMENTA, M.C.A. Padrão arquitetônico e representação...

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa. Um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

Recebido em outubro de 2010
Aceito em junho de 2011